

EDITORIAL

Ameaças concretas

Não se pode negar que, ao ser reeleito com uma votação que ultrapassou a casa dos 60 milhões de votos, o presidente Lula obteve uma legitimidade incontestável advinda das urnas. No entanto, em que pese o discurso do crescimento econômico, explicitado através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), concretamente, a prática usada em governos anteriores e mantida pelo atual continua sendo de economizar ao máximo com o setor público, gerando estrangulamentos inconcebíveis.

As respostas que o governo federal tem oferecido às reivindicações sejam de docentes como de técnico-administrativos têm sido pífiás. Se, de um lado, a política educacional dá uma certa prioridade à expansão do ensino superior, de outro, o que se observa é que essas iniciativas são marcadas pela precarização, denunciada por reitores e constatada in loco, pela SEDUFSM, nas visitas que fez às extensões da UFSM no CESNORS e Unipampa.

Os técnico-administrativos, em greve, reivindicam não somente a solução para as distorções no plano de carreira, mas também resolutividade para a crise dos hospitais universitários. Qual a resposta do governo? O envio de um projeto ao Congresso para limitar o direito de greve do funcionalismo público e ainda uma outra lei que transforma os hospitais em fundações públicas de direito privado, o que na prática representa uma espécie de "privatização branca".

E, se não bastasse tudo isso, o pano de fundo está na esfera econômica. O PAC prevê para um período de até 10 anos o congelamento dos salários, isso porque a previsão é de que reajustes serão concedidos com base no comportamento da arrecadação, resultando assim em amarras impeditivas para qualquer possibilidade de melhorias efetivas nos salários. E, no momento em que o ANDES busca negociar a pauta da campanha salarial com a intermediação da Secretaria de Ensino Superior, a resposta é de que o governo quer, antes disso, discutir a limitação ao direito de greve.

Em meio a esse quadro, uma parte importante do Movimento Docente demonstra a vontade de pressionar o governo através da greve, pois as tentativas de diálogo têm sido infrutíferas. Na UFSM, a assembléia para discutir o tema teve pouca participação e o indicativo para um movimento paredista foi rejeitado. Certamente, a maioria da categoria não deve estar satisfeita com os procedimentos do governo federal, mas há um pouco de ceticismo quanto a realizar uma nova greve, já que a de 2005 foi longa e desgastante. Entretanto, uma coisa é inegável: somente através da mobilização e da pressão se conseguirá algum avanço e, especialmente, impedir retrocessos.

EXPEDIENTE

A diretoria da SEDUFSM é composta por: **Presidente**- Diorge Alceno Konrad; **Vice-presidente**- Fabiane Adela Tonetto Costas; **Secretário-geral**- Rinaldo José Barbosa Pinheiro; **1ª Secretária**- Maristela Souza; **Tesoureiro-geral**- Sérgio Massen Prieb; **1º Tesoureiro**- Cicero Urbanetto Nogueira; **1ª Suplente**- Ester Wayne Nogueira; **2ª Suplente**- Orlando Fonseca; **3ª Suplente**- Abel Panerai Lopes.

Jornalista responsável: Fritz R. F. Nunes (MTb nº 8033)

Relações Públicas: Vilma Luciane Ochoa

Estagiária de jornalismo: Adriana Garcia

Estagiárias de Relações Públicas: Tais Machado

Diagramação e projeto gráfico: J. Adams Propaganda

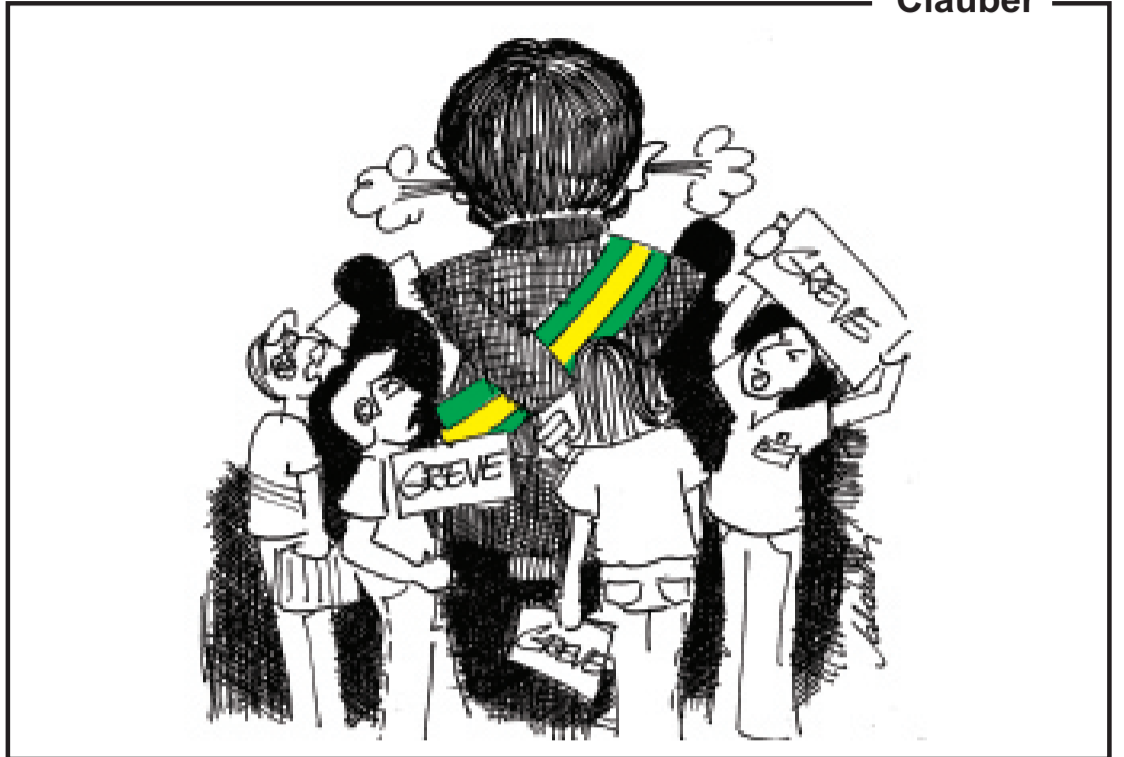
Ilustrações: Clauber Sousa e Reinaldo Pedrosa

Impressão: Gráfica Pale, Vera Cruz (RS) **Tiragem:** 1.600 exemplares

Obs: As opiniões contidas neste jornal são da inteira responsabilidade de quem as assina. Sugestões, críticas, opiniões podem ser enviadas via fone(fax) (55)3222.5765 ou pelo e-mail sedu fsm@terra.com.br

Informações também podem ser buscadas no site do sindicato: www.sedu fsm.com.br
A SEDUFSM funciona na André Marques, 665, cep 97010-041, em Santa Maria(RS).

Clauber



PONTO A PONTO

Agasalhos

Dizem que nem só de pão vive o ser humano, o que realmente se trata de uma grande verdade. No entanto, sem pão, leite e agasalho, muitas crianças sofrem intensamente. É com esse olhar que a SEDUFSM promoveu ao longo do mês de julho uma campanha do agasalho com o objetivo de beneficiar o "Recanto da Esperança", junto à Basílica da Medianeira, que abriga 25 meninos com idades de 4 a 14 anos. Durante essa estada no abrigo, as crianças participam de vários projetos que pretendem oferecer a eles uma consciência de cidadania. O presidente da SEDUFSM, professor Diorge Konrad, juntamente com funcionários do sindicato (foto), participou no dia 2 de julho da entrega de roupas e caixas de leite. Recebidos por funcionários e



pelos crianças, os integrantes do sindicato receberam uma homenagem: um poema declamado pelo pequeno Ebersson Vinholis, de sete anos. (Mais detalhes em www.sedu fsm.com.br)

Acidente de trabalho

O escritório Wagner Advogados Associados (WAA), além dos pareceres técnicos e acompanhamento das ações da SEDUFSM, promove estudos sobre uma série de outras questões. Num deles, o advogado Flavio Ramos trata sobre acidentes de trabalho sofridos por servidores públicos. Segundo ele, "alguns servidores sofrem acidente durante o serviço, ficando com seqüelas permanentes que geram uma aposentadoria com proventos integrais". No entanto, segundo ele, a aposentadoria não exclui o direito à obtenção de indenização por danos morais, em razão dos problemas de saúde decorrentes do acidente. O Estado, afirma o estudo, na hipótese de acidente de serviço tem o dever de indenizar pela responsabilidade objetiva. "Essa indenização pode abranger danos materiais e morais, conforme a natureza e as conseqüências da lesão", conclui. Mais informações com o próprio advogado, no escritório WAA.

Reitor e os 28,86%



Na terça, 17 de julho, o presidente da SEDUFSM, Diorge Konrad, dando seqüência ao encaminhamento de assembléia no mês de junho, esteve em audiência com o reitor da

UFSM (foto), Clovis Lima, quando tratou, entre outros temas, da agilização no pagamento dos 28,86%. O dirigente da UFSM disse não ter novidade sobre o assunto e se dispôs a buscar informações junto à procuradoria jurídica. Na mesma manhã, Konrad fez visita ao procurador Athon Diniz para solicitar informações sobre a mesma questão. Ainda com o reitor, o presidente do sindicato questionou sobre discussão anterior referente ao pagamento de professores substitutos conforme a titulação. Clovis Lima explicou a inviabilidade da iniciativa a partir da limitação dos recursos. Aliás, o Magnífico reclamou bastante das dificuldades de liberação de recursos federais para a Universidade. (Mais detalhes em www.sedu fsm.com.br)